

Alan M. Zuffo | Jorge G. Aguilera | Bruno R. de Oliveira
(Organizadores)

CIÊNCIA EM FOCO

Volume III



Pantanal Editora

2020

Alan Mario Zuffo
Jorge González Aguilera
Bruno Rodrigues de Oliveira
(Organizadores)

CIÊNCIA EM FOCO

Volume III



Pantanal Editora

2020

Copyright® Pantanal Editora
Copyright do Texto® 2020 Os Autores
Copyright da Edição® 2020 Pantanal Editora
Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo
Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera
Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora
Edição de Arte: A editora
Revisão: Os autor(es), organizador(es) e a editora

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – OAB/PB
- Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – IF SUDESTE MG
- Profa. Msc. Aris Verdecia Peña – Facultad de Medicina (Cuba)
- Profa. Arisleidis Chapman Verdecia – ISCM (Cuba)
- Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo - UEA
- Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu – UNEMAT
- Prof. Dr. Carlos Nick – UFV
- Prof. Dr. Claudio Silveira Maia – AJES
- Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – UFGD
- Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva – UEMS
- Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos – IFPA
- Prof. Msc. David Chacon Alvarez – UNICENTRO
- Prof. Dr. Denis Silva Nogueira – IFMT
- Profa. Dra. Denise Silva Nogueira – UFMG
- Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão – URCA
- Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves – ISEPAM-FAETEC
- Prof. Dr. Fábio Steiner – UEMS
- Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez (Colômbia)
- Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles – UNAM (Peru)
- Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira – IFRR
- Prof. Msc. Lucas R. Oliveira – Mun. de Chap. do Sul
- Prof. Dr. Leandro Argente-Martínez – ITSON (México)
- Prof. Msc. Javier Revilla Armesto – UCG (México)
- Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales – UNMSM (Peru)
- Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski – UFMT
- Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior – UEG
- Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla – UNAM (Peru)
- Profa. Ma. Nila Luciana Vilhena Madureira – IFPA
- Prof. Dr. Rafael Chapman Auty – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke – UFMS
- Prof. Dr. Raphael Reis da Silva – UFPI
- Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo – UEMA
- Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca – UFPI
- Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira – FURG
- Profa. Dra. Yilan Fung Boix – UO (Cuba)
- Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Bel. Ana Carolina de Deus

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C569 Ciência em foco [recurso eletrônico] : volume III / Organizadores Alan Mario Zuffo, Jorge González Aguilera, Bruno Rodrigues de Oliveira. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2020.
78 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-990641-7-3

DOI <https://doi.org/10.46420/9786599064173>

1. Ciência – Pesquisa – Brasil. 2. Pesquisa científica. I. Zuffo, Alan Mario.
II. Aguilera, Jorge González. III. Oliveira, Bruno Rodrigues de.

CDD 001.42

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos livros e capítulos, seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva do(s) autor (es). O download da obra é permitido e o compartilhamento desde que sejam citadas as referências dos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000. Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).

<https://www.editorapantanal.com.br>.

contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste terceiro volume da série *Ciência em Foco* expandimos as áreas de abrangência das pesquisas relatadas, dentre elas a área de farmácia, contábil, jornalismo e estatística, tendo sempre como cerne a divulgação das pesquisas científicas com qualidade e relevância.

No Capítulo I os autores trazem à tona uma discussão sobre a demarcação das Terras Indígenas da Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, que acarretou na adaptação dos produtores de arroz devido à obrigatoriedade de produzirem em áreas menores, e concluem que os produtores tiveram que buscar “se reerguer na atividade promovendo, dessa forma, a sua continuidade por meio de alternativas que fortalecessem a produção como, por exemplo, utilizando cultivares mais produtivas”.

Saindo do Norte para o Nordeste, no semiárido Cearense, no Capítulo II os autores analisam a temperatura e umidade relativa do ar, a fim de avaliar o nível de estresse ambiental ao qual as fêmeas suínas de quatro raças são expostas, pois estes fatores influenciam na produtividade do rebanho, concluindo que para “diminuir os níveis de estresse dos suínos registrados pelas médias de ITU durante a pesquisa, o produtor pode melhorar as instalações da propriedade, com climatização (ventilação, aspersão), de forma que proporcione melhores índices ambientais para os animais”.

Já no Capítulo III os autores emergem discussões sobre as políticas de saúde mental e como o farmacêutico é peça central para as suas aplicações de modo efetivo. Dentre suas conclusões pode-se destacar que a atuação do farmacêutico nos centros de apoio contribui para a boa aceitação dos medicamentos, pois estes profissionais proporcionam uma interação “positiva, fazendo com que os pacientes cheguem mais rápido à recuperação de sua saúde”.

O Capítulo IV traz uma discussão sobre a questão da ética na profissão contábil e sobre as infrações aplicadas aos profissionais que descumprem o código de ética no estado de Goiás. Em sua conclusão os autores ressaltam que “Os resultados apresentados no estudo, em especial ao aspecto de evolução das infrações cometidas, podem levar a duas interpretações: primeira, maior atuação do Conselho, intervindo e registrando todos os atos praticados pelos profissionais; ou, segunda, maior descuido dos contabilistas para com o Código de Ética”.

Discorrendo sobre o trabalho jornalístico nos jornais de alguns sindicatos no estado do Paraná tendo em conta certas características das entidades empregadoras mencionadas, o autor do Capítulo V constata em sua conclusão sobre esse meio de comunicação institucional que “Como instrumentos de comunicação com posicionamentos mais institucionais e de representação da direção da entidade, os jornais analisados indicaram predominância da fala dos dirigentes institucionais como prioritários nos jornais”.

No sexto e último capítulo o autor aborda a questão da violência doméstica e familiar contra a mulher, por meio de uma pesquisa quantitativa sobre a quantidade de solicitações de medidas protetivas, que constituem um dos instrumentos em favor da vítima criado pela Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), e conclui que, embora numericamente a violência doméstica possa ter aumentado mais de 300% no estado de Mato Grosso do Sul, não é possível determinar se o aumento é em decorrência do maior acesso e ciência das mulheres aos seus direitos, ou se realmente a violência aumentou.

Por fim, nós esperamos que cada uma das pesquisas apresentadas possa contribuir efetivamente para nossa sociedade por meio dos resultados apresentados dos problemas abordados.

Os organizadores


SUMÁRIO

→ APRESENTAÇÃO	4
→ CAPÍTULO 1 PRODUÇÃO DE ARROZ NA REGIÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL EM RORAIMA	6
→ CAPÍTULO 2 INFLUÊNCIA DA TEMPERATURA E UMIDADE NA ADAPTABILIDADE DE MATRIZES SUÍNAS NA REGIÃO SEMIÁRIDA DO CARIRI CEARENSE	15
→ CAPÍTULO 3 O FARMACÊUTICO NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: UMA REVISÃO	24
→ CAPÍTULO 4 ÉTICA NA PROFISSÃO CONTÁBIL: INFRAÇÕES E PENALIDADES APLICADAS	31
→ CAPÍTULO 5 VOZ E VEZ: FALA E REPRESENTAÇÃO DOS TRABALHADORES NA IMPrensa SINDICAL PARANAENSE.....	40
→ CAPÍTULO 6 ESTUDO QUANTITATIVO DAS SOLICITAÇÕES DE MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	53
→ ÍNDICE REMISSIVO	78

O Farmacêutico no centro de atenção psicossocial: Uma revisão

Recebido em: 15/04/2020

Aceito em: 20/04/2020

 10.46420/9786599064173cap3

Diego Stanley de Sá Almeida¹

Hudson Macedo de Sousa^{2*}

Anne Karollyne de F. Bonfim Figueiredo³

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Saúde Mental é uma ação do Governo Federal, coordenada pelo Ministério da Saúde, que interpreta as técnicas e diretrizes adotadas pelo país para metodizar a assistência aos indivíduos com necessidades de tratamento e cuidados específicos em saúde mental. Que inclui a atenção a pessoas com necessidades referentes a transtornos mentais como: depressão, ansiedade, esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar, transtorno obsessivo-compulsivo, e seres humanos com quadro de uso negativo e dependência de substâncias psicoativas, como: álcool, cocaína, crack e outras drogas (Brasil, 2017).

A saúde mental de uma pessoa é muito mais que a existência de um transtorno mental, e está associada a uma série de exigências da vida e a forma como ela se adapta a esse acontecimento como seus desejos, capacidades, ambições, ideias e emoções. A saúde mental vai além do que rapidamente se pensa que é alguma doença mental. Os transtornos mentais fazem parte de uma parcela substancial de doenças globais da população (Silva & Lima, 2017).

Não se tem um conceito definido para Saúde Mental, de modo que, diferenças culturais, julgamentos subjetivos, e teorias referentes concorrentes afetam a maneira como a “saúde mental” seja conceituada. Saúde Mental é uma forma utilizada para falar do nível de qualidade de vida cognitiva ou emotiva. Ela pode abranger a capacidade de uma pessoa de

¹ Farmácias São João, Av. Getúlio Vargas, 1430 - Menino Deus, Porto Alegre, CEP: 90150-004, Rio Grande do Sul, Brasil.

² Departamento de Farmácia, Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Av. dos Portugueses, 1966 - Vila Bacanga, São Luís, CEP: 65080-805, Maranhão, Brasil.

³ Faculdade de Floriano (FAESF), R. Olemar Alves de Sousa, 401 - Rede Nova, Floriano, CEP: 64809-170, Piauí, Brasil

* Autor de correspondência: hudson19@hotmail.com

apreciar a vida e procurar um equilíbrio entre os funcionamentos e os esforços para alcançar a resiliência psicológica (Secretária de Saúde do Paraná, 2018).

O adoecimento psíquico é um dos amplos problemas enfrentados na atualidade, afetando a saúde da população e apresentando alto custo para a saúde pública. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), uma em cada quatro pessoas será comprometida por algum distúrbio mental em alguma fase da vida (Araújo, 2017).

O atendimento dessas pessoas e seus familiares é um método de atenção fundamental para o reconhecimento das necessidades assistenciais, abrandamento do sofrimento e organização de intervenções farmacológicas e não farmacológicas. Os indivíduos em episódios de crise podem ser atendidos em qualquer serviço da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), formada por diversas unidades com intenções diferentes, de maneira integral e gratuita, pela rede pública de saúde (Brasil, 2017).

Os governos Federal, Estadual e Municipal especificam as diretrizes e estratégias de execução na área de assistência à saúde mental no Brasil. Os principais atendimentos em saúde mental são realizados nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) que existem no país, na qual os usuários conseguem atendimento próximo da família com auxílio multiprofissional e cuidado conforme seu quadro de saúde. Nesses pontos também há chances de acolhimento noturno e cuidado contínuo em situações de maior dificuldade (Brasil, 2017).

O CAPS é uma organização brasileira que visa a mudança de hospitais psiquiátricos - antigos hospícios ou manicômios - e de seus métodos para cuidar de distúrbios psiquiátricos. O CAPS, instituído juntamente com os Núcleos de Assistência Psicossocial, através da Portaria SNAS N° 224 - 29 de janeiro de 1992, é um centro de saúde local que conta com população definida pelo nível local e que oferta atendimento de cuidados intermediários entre o regime ambulatorial e a internação hospitalar, com equipe multiprofissional, constituindo-se também como a porta de entrada da rede de serviços para as ações relativas à saúde mental (Almeida et al., 2008).

O farmacêutico tem responsabilidade na inserção de estratégias para promoção do uso racional de medicamentos em virtude das complicações nocivas do seu uso inadequado, bem como pelo impacto financeiro que o medicamento representa para os serviços de saúde e para a coletividade. O trabalho do farmacêutico é um elemento fundamental da qualidade da Assistência Farmacêutica que, por sua vez, tem interferência direta na eficiência dos sistemas de saúde (Brasil, 2004).

A atenção farmacêutica pertence às atividades privativas do farmacêutico no âmbito da atenção à saúde; é o contato direto do farmacêutico com o usuário, visando uma farmacoterapia racional e a obtenção de resultados definidos e mensuráveis, voltados para a melhoria da qualidade de vida. Esse trato também deve envolver as concepções dos seus sujeitos, respeitadas as suas especificidades biopsicossociais, sob a óptica da integralidade das ações de saúde (Ivama et al., 2002). Ela é recomendada pela OMS como unidade necessária na assistência à saúde e respaldadas por governos de país desenvolvidos. É classificada ainda como indispensável na relação entre paciente e os medicamentos. A atenção farmacêutica foi desenvolvida especificamente para satisfazer as necessidades dos pacientes em relação aos medicamentos. Possui âmbito extenso e está comprometida com a redução da morbidade e mortalidade quando relacionada aos medicamentos com enfoque sistemático racional e global das decisões do tratamento farmacológico (Almeida et al., 2008).

Assim, este trabalho tem como objetivo reforçar a importância da assistência farmacêutica no centro de atenção psicossocial.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática do tipo meta-análise, utilizando uma abordagem qualitativa. Foram utilizadas as bases de dados LILACS, SCIELO, PERIÓDICOS CAPES E GOOGLE ACADÊMICO.

Utilizou-se os descritores: Saúde Mental, Serviços de Saúde Mental e Assistência farmacêutica, filtrados em título e resumo, e que tinham sido publicados no período entre 2003 a 2018.

Logo, consideraram-se elegíveis para esta revisão material variando entre artigos e trabalhos de conclusão de curso que abordasse a temática proposta.

Consideraram-se critérios de exclusão artigos científicos, monografias e dissertações, que não se alinharam à proposta desse estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a busca foram encontrados quarenta e um trabalhos acadêmicos, incluindo artigos científicos, monografias e dissertações, sendo que dezenove não se alinharam à proposta dessa revisão, tendo sido assim excluídos. Em sua grande maioria, tratavam da atuação farmacêutica em outras áreas ou da atuação de outras áreas na saúde mental, que de alguma forma não contribuíam diretamente para a construção da presente revisão. Ao todo

foram selecionados vinte e dois trabalhos científicos, variando entre artigos e trabalhos de conclusão de curso, tendo sido essa a amostra utilizada para a coleta de dados.

Inicialmente foi feita a seleção do material a ser revisado e a partir do critério de adequar-se ou não à revisão (contemplar o conteúdo), foram selecionados os vinte e dois trabalhos que constituíram a amostra das pesquisas. Posteriormente, criou-se uma pasta com os arquivos selecionados e deu-se início a leitura sucessiva que permitiu a divisão em categorias com núcleos semelhantes a partir da revisão exaustiva da literatura.

Os CAPS propõem-se a dar assistência ao paciente com sofrimento mental, com o intuito de assegurar sua reinserção no contexto social e familiar, envolvendo não só o tratamento clínico, mas com uma percepção da circunstância que o envolve. Desta forma, destina-se um cuidado que tem como premissas a integralidade da atenção e a humanização da assistência. Nessa lógica, viabilizando a elaboração e o acompanhamento de projetos terapêuticos suscetíveis às necessidades específicas do indivíduo, torna-se fundamental a criação de métodos que propiciem a aproximação entre profissionais e pacientes (Miranda & Onocko, 2010).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2007), os psicotrópicos, são substâncias químicas que agem sobre a função psicológica e alteram o estado mental, incluídos aí os medicamentos com ações antidepressiva, alucinógena e/ou tranquilizante. Essas substâncias atuam no sistema nervoso central acarretando diversas alterações no comportamento, humor e cognição.

Os psicofármacos são um dos meios utilizados para o tratamento em Saúde Mental, apesar disso, o seu uso só tem significado quando inserido em um contexto de vínculo e de escuta. É a partir do instante em que o usuário compreende e se corresponsabiliza pelo uso da medicação, que poderá se implicar um pouco diante das queixas que traz, fazendo com que isso não seja apenas uma demanda de “troca de receitas” (Andrade et al., 2014).

O crescimento do uso de psicofármacos tem sido atribuído ao aumento da frequência de diagnósticos de transtornos psiquiátricos na população, à inserção de novos psicofármacos no mercado farmacêutico e às novas indicações terapêuticas dos psicofármacos já existentes. Esse aumento vem sendo verificado nas últimas décadas em vários países ocidentais e, até mesmo, em alguns países orientais (Rodrigues et al., 2006).

Nas unidades CAPS que possuem farmácias que centralizam a distribuição de medicamentos em saúde mental ainda tem sido limitada a atuação do profissional farmacêutico (Luccheta & Mastroianni., 2012). Além dos componentes que compõem a

equipe terapêutica habitual, pode-se incluir não apenas a presença do farmacêutico como a de outros profissionais da saúde (Brasil, 2004; Nascimento et al., 2009).

Enquanto a atenção farmacêutica é um dos elementos da assistência farmacêutica, que proporciona uma aproximação da relação farmacêutico-paciente, ela tem como atributos morais a qualidade de vida do paciente. A assistência farmacêutica abrange desde a seleção dos medicamentos até a sua distribuição, tendo como um dos objetivos garantir que os medicamentos cheguem até os pacientes (Gomes, 2013.)

O farmacêutico é o último profissional de saúde em contato com o paciente psiquiátrico antes que ele administre a medicação, portanto sua contribuição para promover uma melhor qualidade de vida ao paciente é essencial (Chamero, 2004).

Além de várias modificações significativas causadas pela reforma psiquiátrica brasileira, ocorreram mudanças também na assistência farmacêutica, que é conhecida como um composto de atividades e serviços destinados a oferecer uma assistência terapêutica completa, desde a promoção e recuperação de saúde, até atividades como de pesquisa, seleção, programação, aquisição, armazenamento, distribuição, dispensação e cumprimento do uso racional de medicamentos, onde estes insumos devem estar acessíveis e serem utilizados de forma racional por se tratar de materiais fundamentais para a saúde (Brasil, 2004).

O planejamento adequado contribui para o interesse de cumprir com seu objetivo de possibilitar uma Assistência Farmacêutica nos CAPS de forma integral. Essa assistência proporcionará uma recuperação da saúde, podendo as farmácias destes centros se estabelecerem como referência na dispensação de fármacos da saúde mental (Alencar et al., 2013). O profissional farmacêutico pode estabelecer o primeiro contato com o usuário ou desempenhar uma função que conecte os pacientes com os demais profissionais da equipe de saúde mental, principalmente com o médico, e ainda participar em estratégias de adesão, atuando no cuidado à saúde mental, exercendo uma importante posição em um modelo de atenção colaborativa e participativo nos CAPS (Wang et al., 2011; Rubio-Valera et al., 2014).

Sobre a dispensação de medicamentos na saúde mental os CAPS devem servir de modelo, especialmente no que se refere à disponibilidade, dispensação e promoção do uso racional de medicamentos. Compreende-se, no entanto, que, de modo a atender as diferentes necessidades e aos objetivos da política de saúde mental e de assistência farmacêutica a Estratégia Saúde da Família também tem responsabilidades neste processo, necessitando oferecer uma equipe para a adequada assistência a esse grupo de usuários (Alencar et al., 2013.)

Embora a atuação do farmacêutico seja limitada dentro dos Centros de Atenção Psicossocial, uma boa relação com os pacientes é fundamental, pois além de melhorar a qualidade dos atendimentos é também ocorre melhoras na segurança e na efetividade da utilização dos medicamentos psicotrópicos. Essa melhora é otimizada a partir da boa aceitação dos usuários do CAPS ao profissional farmacêutico, pois isto acaba interagindo de forma positiva, fazendo com que os pacientes cheguem mais rápido à recuperação de sua saúde mental. A satisfação dos usuários só será adquirida se o farmacêutico cumprir com todas as suas funções que vão desde a dispensação até a assistência farmacêutica, refletindo assim no uso racional e correto dos medicamentos de controle especial chegando à recuperação ou pelo menos melhorando a qualidade de vida do paciente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencar TOS, Cavalcante EAB, Alencar BR (2013). Assistência farmacêutica e saúde mental no Sistema Único de Saúde. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, 33(4): 489-495.
- Almeida Oliveira CP, de Freitas RM (2008). Instrumento projetivo para implantação da atenção farmacêutica aos portadores de transtornos psicossociais; atendidos pelo centro de atenção psicossocial. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)*, 4(2): 01-11.
- Andrade T, Dourado M, Farias A, Castro B (2014). BRASIL. Ministério da Saúde. Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no. *Políticas de saúde mental e os efeitos da emergência da Agenda de Álcool e Outras Drogas: o caso do estado do Rio de Janeiro*, 105.
- Araújo TMD, Palma TDF, Araújo NDC (2017). Vigilância em Saúde Mental e Trabalho no Brasil: características, dificuldades e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22: 3235-3246.
- Brasil (2017). Ministério da saúde. Política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas.
- Brasil. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas (2004). *Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial*. Ministério da Saúde.
- Chamero MCG (2004). Pacientes psiquiátricos: la mejora de su calidad de vida a través de la atención farmacéutica. *Offarm: farmacia y sociedad*, 23(4): 104-109.
- Gomes EF (2013). Importância da assistência e da atenção farmacêutica aplicada a pacientes com transtornos mentais. *Monografia*. Vitória: Faculdade Católica Salesiana Do Espírito Santo-FCSES.
- Ivama AM, Noblat L, Castro MSD, Jaramillo NM, Rech N (2002). Consenso brasileiro de atenção farmacêutica: proposta. In *Consenso brasileiro de atenção farmacêutica: proposta*, 24p.

- Lucchetta RC, Mastroianni PDC (2012). Intervenções farmacêuticas na atenção à saúde mental: uma revisão. *Revista de Ciências Farmacêuticas Básica e Aplicada*, 33(2): 165-169.
- Miranda L, Onocko-Campos RT (2010). Análise das equipes de referência em saúde mental: uma perspectiva de gestão da clínica. *Cadernos de Saúde Pública*, 26: 1153-1162.
- Nascimento ADF, Galvanese ATC (2009). Avaliação da estrutura dos centros de atenção psicossocial do município de São Paulo, SP. *Revista de Saúde Pública*, 43: 8-15.
- Rodrigues MAP, Facchini LA, Lima MSD (2006). Modificações nos padrões de consumo de psicofármacos em localidade do Sul do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 40: 107-114.
- Rubio-Valera M, Chen TF, O'Reilly CL (2014). New roles for pharmacists in community mental health care: a narrative review. *International journal of environmental research and public health*, 11(10): 10967-10990.
- SAÚDE, Secretária/ Paraná (2018) (SPP/DVSAM- Saúde Mental) Definição de Saúde Mental.
- Silva SN, Lima MG (2017). Assistência Farmacêutica na Saúde Mental: um diagnóstico dos Centros de Atenção Psicossocial. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22: 2025-2036.
- Wang I, Dopheide JA, Gregerson P (2011). Role of a Psychiatric Pharmacist in a Los Angeles “Skid-Row” safety-net clinic. *Journal of Urban Health*, 88(4): 718-723.
- World Health Organization (2007). Ministério da Saúde (BR). A report of the assessment of the mental health system in Brazil using the World Health Organization - Assessment Instrument for Mental Health Systems (WHO-AIMS).

ÍNDICE REMISSIVO

A

agressor, 52, 53
assistência farmacêutica, 24, 27

B

bem-estar, 14

C

CAPS, 24, 26, 27, 28
contabilidade, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36,
37
CRC-GO, 32, 33, 36

E

estresse térmico, 17
ética profissional, 31

F

fontes de informação, 43, 50

I

imprensa sindical, 40, 41, 43, 45, 47, 49
infrações, 33

L

Lei Maria da Penha, 52, 53, 54, 57

P

penalidades, 32, 36
produção, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 44,
49
produtividade, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 30

R

reserva indígena, 9, 11, 12

S

saúde mental, 23, 25, 26
suinocultura, 14, 15

T

TJMS, 54

V

violência doméstica, 52, 55, 59, 61
vítima, 52



Alan Mario Zuffo

Graduado em Agronomia pela UNEMAT. Mestre em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) UFPI. Doutor em Agronomia - Fitotecnia (Produção Vegetal) UFLA. Pós-Doutorado em Agronomia na UEMS. Prof. UFMS em Chapadão do Sul.



Jorge González Aguilera

Graduado em Agronomia pelo ISCA-B (Cuba). Especialista em Biotecnologia pela Universidad de Oriente (Cuba). Mestrado em Fitotecnia e Doutorado em Genética e Melhoramento pela UFV e Post Doutorado na Embrapa Trigo. Prof. UFMS em Chapadão do Sul.



Bruno Rodrigues de Oliveira

Graduado em Matemática pela UEMS. Mestrado em Engenharia Elétrica UNESP-Ilha Solteira e Doutorado em andamento na mesma instituição. Distribuidor/Contador no TJMS. Pesquisador independente.

ISBN 978-659906417-3



Pantanal Editora
Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br